

# Estudo Técnico Preliminar 3/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23035.000074.2024-20

## 2. Descrição da necessidade

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar parte de duas necessidades principais:

A primeira se refere a necessidade de disponibilização de serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva) para preservar as características ideais de funcionamento das edificações, assegurando, assim, a continuidade da execução das atividades-meio e fim da instituição. O uso diário e contínuo das dependências do Campus Currais Novos, provoca desgastes nas instalações elétricas e hidro sanitárias, nos pisos e esquadrias, além de revestimentos, pinturas, etc. Danos provocados por agentes externos como intemperes também são inevitáveis.

A segunda é a necessidade de serviços de copa e cozinha que permitam fornecer refeições que supram necessidades nutricionais básicas dos discentes, atendendo aos princípios de uma alimentação saudável e com qualidade higiênico-sanitária. É importante destacar que o IFRN Campus Currais Novos tem a responsabilidade de oportunizar condições legalmente adequadas para o cumprimento do direito constitucional a alimentação por meio da política de permanência ao estudante.

Área requisitante

Diretoria Geral do Campus Currais Novos

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COSGEM	Sheila Onailina Gonçalves de Lima Pessoa

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Amparada pela Instrução Normativa nº 98/2022, a contratação presente neste documento deve seguir as orientações contidas na Instrução Normativa nº 5/2017, que trata sobre a contratação de serviços sob o regime de execução indireta pela Administração Pública.

Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento a seguir:

CARGO	ATRIBUIÇÕES	CBO
Eletricista	Instalar e efetuar manutenção de instalação elétrica em geral, de acordo com esquemas específicos e com as necessidades de cada caso. Efetuar manutenção da rede telefônica, instalando e consertando aparelhos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos. Testar as instalações executadas, fazendo-as funcionar em situações reais, para comprovar a exatidão dos trabalhos. Auxiliar na instalação de transformadores e disjuntores, obedecendo às normas e esquemas específicos para o perfeito funcionamento dos mesmos. Anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, encaminhando os itens faltantes para providências de compra, de forma a evitar atrasos e interrupções nos serviços. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios, quando da execução dos serviços. Transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à	9511-05

	realização dos serviços. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos equipamentos, instrumentos, ferramentas e materiais peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	
Pedreiro	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contra pisos, passeios e fixar batentes de madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contra pisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo, etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7152-10
Auxiliar de pedreiro	O ajudante tem a função básica de auxiliar pedreiros, carpinteiros, armadores, eletricitistas, dentre outros, na execução dos serviços de manutenção, realizando tarefas como: Separar ferramentas. Selecionar material. Carregar material. Preparar a massa (cimento + areia + água). Organizar o local de trabalho. Montagem de andaimes. Lavar ferramentas. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	7170-20
Porteiro	Atender o público interno e externo; direcionar e orientar o público, obedecendo às normas internas do local de trabalho; controlar a entrada e a saída de pessoas (empregados e visitantes); controlar a entrada e a saída de veículos, de materiais, de equipamentos e de chaves; operar equipamentos de comunicação (rádio, telefone, etc.) e de segurança (alarme, câmeras de vídeo, etc.); digitar relatórios, quando o setor for informatizado; elaborar relatório diário de ocorrência em livro próprio de maneira clara e objetiva; acionar as autoridades policiais quando necessário; zelar pela ordem e disciplina do seu local de trabalho; garantir a segurança patrimonial; receber, discriminar, protocolar e distribuir correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; prevenir a ocorrência de incêndios; receber e transmitir recados, registrando as informações; zelar pela conservação e limpeza de equipamentos usados em seu trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.	5174-10
Auxiliar de manutenção geral	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes equipamentos. conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.	5143-10
Operador de máquinas	Opera diversos tipos de máquinas estacionárias e equipamentos afins, como motores, compressores, bombas e instalações de refrigeração, de ventilação, de incineração e similares, manipulando e controlando seu funcionamento, para fazer operar ferramentas e máquinas de produção, e para transportar, tratar ou eliminar substâncias diversas; controlar a temperatura ou umidade de ambiente e instalações, efetua o abastecimento e a regulagem da máquina, manipulando os dispositivos de controle, para dispô-la para as operações previstas; aciona a máquina, manipulando seus comandos e dos equipamentos auxiliares, para efetuar as operações requeridas; controla o funcionamento da máquina, observando os instrumentos de controle, como termômetros e manômetros para assegurar o melhor rendimento possível; efetua a manutenção e pequenos reparos da máquina, lubrificando partes móveis, ajustando peças e consertando ou substituindo partes defeituosas, para conservá-la em bom estado de funcionamento.	8621-50
	Auxiliar nas diversas tarefas relacionadas com atividades do refeitório, tais como: Auxiliar no preparo das refeições, sobremesas, lanches, etc.; Manter a ordem e a limpeza da cozinha, procedendo a coleta e a lavagem das bandejas, talheres, etc.; Auxiliar no serviço de copeiragem em	

Auxiliar de cozinha	geral e na montagem dos balcões térmicos; Realizar serviço de limpeza nas dependências em geral do refeitório e cozinhas; Auxiliar na seleção de verduras, carnes, peixes e cereais para preparação do alimento; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.	5135-05
Cozinheiro	Organizar e supervisionar serviços de cozinha do refeitório, planejar cardápios e elaborar o pré-preparo, e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade.	5132-05
Armazenista	Recepcionam, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar.	4141-10

Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

De acordo com o Artigo 3º, § 1º do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Sendo assim, a contratação dos serviços que compõem o objeto deste estudo, pode ser objeto de execução indireta, uma vez que, são definidos como acessórios à atividade fim da Instituição e estão em consonância com o § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507 /2018.

É importante ressaltar, também, a conformidade da contratação pretendida com o Art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que revogou a Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e dispõe que:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

II - armazenamento;

(...)

V - carregamento e descarregamento de materiais e equipamentos;

(...)

VII - conservação e jardinagem;

VIII - copeiragem;

(...)

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;

(...)

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

(...)

XXII - serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos (sistemas de protocolo eletrônico);

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O eletricista, os pedreiros, os auxiliares de pedreiro e os auxiliares de manutenção geral deverão trabalhar o total de 8 horas diárias, de segunda a sexta e 4 horas no sábado. A necessidade de serviço no sábado ocorre em função de que existem algumas demandas que precisam ser realizadas em momentos em que os estudantes não estão na instituição, para não atrapalhar o bom andamento das aulas.

Os cargos de cozinheiro, porteiro, armazenista, auxiliar de cozinha e operador de máquina, são atividades primariamente realizadas de segunda a sexta-feira, podendo haver a necessidade de trabalho em sábados letivos. Em razão das demandas é necessário que seja realizada uma escala semanal que contemple jornadas diárias de 9 horas de trabalho de segunda a quinta combinada com jornada de 8 horas na sexta, perfazendo um total de 44 horas semanais de segunda a sexta. A empresa a ser contratada deverá firmar com os empregados acordo individual, conforme previsto no art. 59, §6º, da CLT em conjunto com a Súmula nº 85 do TST, para garantir a distribuição da carga horária conforme necessidade da instituição.

Ficam assegurados aos empregados da contratada, o recebimento do piso salarial apontado em convenção coletiva vigente para a localidade e apresentada quando da entrega da proposta.

Serviram de base para o presente Estudo Técnico Preliminar as convenções coletivas:

- RN000083/2024, cuja autenticidade pode ser auferida no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho - MEDIADOR: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>;
- RN000045/2024, cuja autenticidade pode ser auferida no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho - MEDIADOR: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>;

As propostas deverão ser apresentadas baseadas na Convenção Coletiva vigentes à época da licitação.

Para a prestação do serviço deverão ser adotados critérios socioambientais fundamentados na Instrução Normativa/ MPOG nº 01 /10, que prevê:

- a. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; e
- g. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, a CONTRATADA deverá observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitárias estaduais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

Devem ser considerados para a sustentabilidade também as seguintes orientações:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

Algumas práticas que podem otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, são descritas a seguir, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Considerando possíveis danos ao solo, atmosfera e lençóis freáticos, não são permitidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

1.

Lançamento "in natura" a céu aberto;

- b) Deposição inadequada no solo;
- c) Queima a céu aberto;
- d) Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- e) Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- f) Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- g) Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- h) Utilização para alimentação humana.

A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com base nos requisitos identificados para a contratação. Buscou-se por meio da análise de contratações similares realizadas em outros órgãos ou entidades da Administração pública e no setor privado, identificar as soluções existentes no mercado de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação. Levando em consideração aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização foram identificadas algumas soluções:

Em um primeiro momento verificou-se a possibilidade de realizar a prestação dos serviços utilizando pessoal do quadro próprio. Observou-se, entretanto, que as carreiras desse tipo de mão de obra, que é provida por meio de concurso público, estão extintas ou em processo de extinção, conforme preconiza a Lei nº 9.632/2098.

Outra solução disponível no mercado é a contratação de serviços por demanda/produtividade, onde os serviços são prestados mediante a solicitação por Ordem de Serviço (OS). A cada OS a contratada deve encaminhar um profissional para execução do serviço. Por não existir uma continuidade nos serviços, pode ocorrer de os empregados da contratada não estarem familiarizados com as rotinas e processos da instituição, resultando em uma prestação de serviço ineficaz.

Observou-se, também, a existência do modelo de contratação onde todos os serviços da CONTRATANTE são terceirizados para uma única CONTRATADA, simplificando a comunicação e a tomada de decisão e aumentando a eficiência com ganhos administrativos advindos, principalmente, da redução do número de contratos a serem gerenciados. Esse modelo, contudo, não é viável para o IFRN Campus Currais Novos em decorrência de que existem alguns contratos que possuem técnica específica que inviabilizam a implantação de forma unificada. É o caso, por exemplo, dos serviços de vigilância que é regulada por legislação específica que não permite que uma empresa prestadora do serviço de vigilância preste qualquer outro tipo de serviço.

Por fim, verifica-se a possibilidade de contratação de serviço por posto de trabalho. Nesse modelo os profissionais alocados para a prestação do serviço são inseridos no cotidiano na Instituição, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área de atuação. Como consequência, o serviço fica mais enxuto em relação à contratação por demanda/produtividade, reduzindo desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão administrativa e o gerenciamento de riscos com otimização de procedimentos administrativos e de fiscalização.

As contratações disponíveis no Portal de Compras Governamentais mostram que a contratação por posto de trabalho pode ser realizada com ou sem o fornecimento de insumos. Considerando a probabilidade de não haver espaço suficiente para o correto armazenamento dos insumos adquiridos no Campus; o risco de uma licitação para aquisição de tais insumos não lograr êxito ou os fornecedores atrasarem a entrega, impactando diretamente na execução do serviço; bem como os custos operacionais

envolvidos, verifica-se que a melhor opção é contratar os postos de trabalhos com o fornecimento de insumos, pois além de o Campus Currais Novos não precisar fazer novas contratações, nem arcar com os custos com estoque e demais despesas administrativas, ou correr o risco iminente de ficar sem insumos em razão de fracasso da licitação ou atraso por parte dos fornecedores, esse modelo facilita a fiscalização e torna a licitação mais atrativa para os licitantes que têm a possibilidade de negociar descontos nos preços dos insumos junto aos seus fornecedores e assim aumentar sua margem de lucro.

## 6. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021). Dessa forma podem ser realizados na modalidade pregão.

Considerando que é possível prever a quantidade dos serviços a serem executados previamente, com boa margem de precisão, o regime de execução a ser adotado é o de empreitada por preço global.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição.

A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

As razões pelas quais a vigência plurianual de 2 (dois) anos constitui-se vantajosa são as seguintes:

- Permite que os licitantes disponham de maior prazo para amortizar seus investimentos iniciais, o que faz, em tese, com que se sintam mais atraídas pela disputa;
- Reduz os procedimentos com renovação contratual e com novas licitações. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017 /CGPLAG/DG/SFC (SEI! 0924113) divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado.;
- Diminui os custos com férias, pois nos contratos com vigência de 12 (doze) meses, o custo de férias compõe o custo do posto e seu pagamento é indenizado na rescisão do empregado, pois ao longo dos 12 (doze) meses de relação de trabalho, o empregado adquire o direito ao gozo de férias, porém, com a rescisão, as mesmas deverão ser indenizadas na rescisão. De modo distinto, para contratos firmados com duração superior a 12 meses, faz-se a exclusão do custo "Férias" do Módulo 2.1 da planilha, pois ao final do período aquisitivo de férias (de 12 meses), o empregado gozará o direito a férias no 2º ano da relação de trabalho e o custo das férias indenizadas que ocorrer na rescisão, no caso no 24º mês, encontra-se previsto no Módulo 4 (Substituto na cobertura de férias), nos faturamentos dos meses 13 a 24, pois efetivamente, se finalizado o contrato no 24º mês, não será necessária a contratação de um substituto no ano seguinte, porque o residente do posto não sairá em férias e, portanto, o custo contabilizado no Módulo 4 da planilha no 2º ano é revertido para as férias indenizadas.
- Impacto social no que tange aos trabalhadores terceirizados, pois os mesmos teriam direito a férias, um descanso que muitos deles não usufruem com frequência devido as constantes trocas de empresas que acontece por não renovação contratual nos órgãos públicos.

O valor da proposta apresentada pela empresa deve levar em consideração para o pagamento dos salários dos trabalhadores, as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) vigente, com abrangência no município de Currais Novos. Isso é importante tendo em vista evitar problemas com futuras repactuações. Vale salientar que é de responsabilidade da empresa indicar a convenção que adotará na sua proposta. Já os valores dos materiais que acompanham a prestação dos serviços para cada categoria estarão elencados em planilha própria e seus preços são com base em pesquisa de mercado, chegando-se a um valor estimado, que irá compor a proposta total da empresa para cada categoria;

Para melhor acompanhamento das atividades do contrato a contratada deverá dispor de PREPOSTO nos locais de prestação de serviço para dirimir dúvidas dos empregados e do órgão contratante, no tempo hábil. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, serão informados o nome completo, número de CPF e documento de identidade. Deverá existir também um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para o caso de precisar sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis. As tratativas deverão ser sempre por escrito, dando preferência para o meio eletrônico e ofícios.

CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Serão realizadas reuniões mensais com o preposto para discutir o andamento da prestação dos serviços.

Não é permitido que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

Com relação à mão-de-obra empregada são requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;
- Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade.

A empresa deverá ter em funcionamento para os seus empregados o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO);

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e equipamentos durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho das categorias;

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas;

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

A vistoria poderá ser agendada pelo telefone (84) 4005-4103 Ramal (5412) ou pelos e-mails diad.cn@ifrn.edu.br e cosgem.cn@ifrn.edu.br.

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

Deverão ser fornecidos uniformes aos profissionais, sendo substituídos semestralmente para garantir eles sejam conservados em boas condições.

O uniforme deve compreender as seguintes peças do vestuário:

ELETRICISTA	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans,	02
Camisa em brim com mangas longas, bolsos frontais com tampa fechada	02
Bota de segurança para eletricista dielétrico	01
Meia de algodão 1 (um) par.	02



PEDREIRO	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
SERVENTE DE PEDREIRO	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
PORTEIRO	
Descrição	Quant.
Calça social de Oxford	02
Camisa em tricoline	02
Par de sapato social preto	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO GERAL	

Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa de malha manga longa, 100% algodão	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
OPERADOR DE MÁQUINAS FIXAS	
Descrição	Quant.
Calça comprida de brim, tipo jeans	02
Camisa manga longa de malha manga longa, 100% algodão	02
Bota em PVC cano longo na cor branca, indicada para utilização em indústria de alimentos.	02
Meia de algodão 1 (um) par.	02
AUXILIAR DE COZINHA	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02
Camisa em tricoline, na cor branca	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão (par).	02
COZINHEIRO	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02

Camisa em tricoline, na cor branca	02
Calçado de segurança em couro	02
Meia de algodão (par).	02
ARMAZENISTA	
Descrição	Quant.
Calça comprida Oxford na cor preta	02
Camisa em tricoline, na cor branca	02
Sapato social preto.	02
Meia de algodão (par).	02

A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 5 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 3 (três) dias subsequente ao da reprovação;

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado;

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

A CONTRATADA deverá fornecer 02(dois)conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído os 02 (dois) conjuntos completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Deverá ser criada uma conta vinculada, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores. conforme Artigo 121, § 3º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos do campus, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

Por outro lado, o Pagamento pelo Fato Gerador não possui um boa relação custo-benefício. Primeiramente, pelo fato de os servidores não estarem capacitados para operacionalização deste modelo e o campus possuir número reduzido de servidores. Ademais, como aponta a pesquisadora Lorena Mendes, não existe experiências organizacionais suficientes para concluir sobre a vantajosidade do Fato Gerador. Ao contrário, pela leitura dos procedimentos publicados, ele pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais). (Fonte: <https://gestgov.discourse.group/t/entrevista-sobre-conta-vinculada-lorena-mendes/11771>).

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

Deverá ser cobrada uma garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%, conforme regras previstas no contrato.

A empresa prestadora do serviço deverá desenvolver suas atividades no endereço a seguir:

UG	UGR	CAMPUS	ENDEREÇO
158366	151606	CAMPUS CURRAIS NOVOS	Rua Manoel Lopes Filho, nº773, Currais Novos/RN, CEP 59380-000

O horário de início e término da jornada de trabalho será definido pela Administração do Campus Currais Novos e não poderá ultrapassar às 22h00min, admitindo-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do contrato e a empresa deverá dispor de toda a mão de obra para a execução dos mesmos, bem como deverá já ter apresentado a garantia quando do início da execução contratual;
- A empresa deverá fornecer os materiais constantes na relação de materiais, anexo do Termo de Referência, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 24 (vinte e quatro) horas;
- Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;
- Não serão aceitos insumos que não estejam acondicionados em embalagem original do fabricante, devendo esta, também, não estar inviolada;
- Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;
- Os equipamentos requisitados para realização dos serviços permanecerão sobre a responsabilidade da empresa e utilizados em regime de COMODATO, não devendo desta forma compor a planilha de custos.
- A Contratada deverá orientar seus empregados quando à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando-se a correta execução dos serviços;
- Caberá ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CAMPUS CURRAIS NOVOS decidir sobre a substituição de quaisquer equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos, ou, que causem prejuízos aos serviços executados;
- A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

- A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade, com percentual de 20% sob o salário mínimo, para os cargos de auxiliar de manutenção predial e operador de máquinas fixas, e ao adicional de periculosidade, com percentual de 30% sob o salário base, para o cargo de eletricitista.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação conforme a Classificação Brasileira de Ocupações –CBO;

Não será admitida a subcontratação e a participação de cooperativas na licitação em virtude da natureza do serviço e da necessidade de subordinação entre os funcionários e a prestadora dos serviços. Nesta contratação a Instituição busca a gestão da mão de obra através da terceirização, além da prestação dos serviços. As cooperativas têm o seu foco na prestação de serviços sem haver relação direta de subordinação entre os cooperados.

O Tribunal de Contas da União firmou jurisprudência e sumulou o tema nos seguintes termos:

Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 – Plenário, de 11 de julho de 2012).

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”.

O art. 10 da IN 005/2017 assim estabelece com relação as cooperativas:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

Artigo publicado no Boletim de Notícias CONJUR traz interessantes orientações acerca do tema:

Este dispositivo está em perfeita sintonia com o artigo 5º da Lei nº 12.690/2012, o qual veda, de forma expressa, a "utilização de cooperativa como intermediadora de mão de obra subordinada". Isso porque é próprio do cooperativismo a inexistência de vínculo de emprego, uma vez que o trabalho é prestado de forma cooperada e não subordinada. A configuração desse vínculo macula, portanto, a própria essência do cooperativismo.

(...)

É o caso típico dos contratos de serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra, nos quais se evidencia, por força da Súmula-TST nº 331 e agora do artigo 121, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade subsidiária do ente público contratante por encargos trabalhistas não adimplidos pela contratada, caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado. E existem várias decisões da justiça laboral, inclusive no próprio TST, que atribuem à Administração Pública a responsabilidade subsidiária pelos encargos trabalhistas não pagos pelas cooperativas consideradas fraudulentas.

Donde se conclui que as cooperativas não podem acudir a certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021: "Aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos".

A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços prestados com subordinação, pessoalidade e habitualidade afronta a Lei nº 12.690/2012 e a Lei nº 14.133/2021, além obviamente de expor a Administração ao risco de ser demandada judicialmente a honrar, subsidiariamente, obrigações trabalhistas exsurgidas na vigência do contrato administrativo e que são típicas de uma relação de emprego. Nesses casos, a aparente

economicidade dos valores ofertados pela cooperativa na licitação não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração advindo de eventuais ações trabalhistas, relativas aos empregados dedicados (cedidos) à execução contratual.

Fonte: CARVALHO, Guilherme; SIMÕES, Luíz Felipe. Os requisitos na nova Lei de Licitações para a participação de cooperativas. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-23/carvalho-simoes-lei-licitacoes-cooperativas>. Acesso em: 16 ago. 2023.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para o cargo de Eletricista foi obtida por meio de consulta ao contrato atualmente vigente para o mesmo objeto, conforme consta na cópia do contrato em anexo. Foi observado que não é possível o funcionamento da instituição sem o referido profissional e não é necessário o aumento da quantidade para 02 ou mais eletricistas.

A estimativa das quantidades para o cargo de Pedreiro foi obtida por meio de consulta ao contrato atualmente vigente para o mesmo objeto, conforme consta na cópia do contrato em anexo. Foi observado que uma quantidade menor de postos de trabalho inviabilizaria o trabalho e que não é necessário o aumento no número de pedreiros.

A estimativa das quantidades para o cargo de Auxiliar de Pedreiro foi obtida por meio de consulta ao contrato atualmente vigente para o mesmo objeto, conforme consta na cópia do contrato em anexo. Foi observado que uma quantidade menor de postos de trabalho inviabilizaria o trabalho e que não é necessário o aumento no número de Auxiliares de Pedreiro.

A estimativa das quantidades para o cargo de Porteiro foi obtida por meio de consulta ao contrato atualmente vigente para o mesmo objeto, conforme consta na cópia do contrato em anexo. Foi observado que uma quantidade menor de postos de trabalho inviabilizaria o trabalho, tendo em vista o horário de funcionamento da instituição, e que não é necessário o aumento no número de Porteiros.

A estimativa das quantidades para o cargo de Operador de máquinas foi obtida por meio de consulta ao contrato atualmente vigente para o mesmo objeto, conforme consta na cópia do contrato em anexo. Foi observado que não é possível o funcionamento da instituição sem o referido profissional, uma vez que o IFRN Campus Currais Novos dispõe de uma unidade produtiva para beneficiamento de leite, bem como não há necessidade no aumento do quantitativo para 02 ou mais operadores de máquinas.

A estimativa das quantidades para o cargo de Auxiliar de cozinha foi obtida por meio da manutenção quantitativa do contrato vigente, conforme consta na cópia em anexo, assim como análise da demanda atual do setor. Foi observado que a quantidade atual, que é de 02 Auxiliares de Cozinha, é insuficiente para fornecimento adequado de alimentos aos estudantes, sendo necessário o acréscimo de mais um Auxiliar de Cozinha, totalizando 03.

O acréscimo do cargo de cozinheiro justifica-se, principalmente, pela lacuna, hoje, existente no IFRN Campus Currais Novos do cargo efetivo na área de nutrição. Para tanto, a alternativa que se mostrou mais viável foi a contratação do profissional supracitado, pois entre suas atribuições constam: Organizar e supervisionar serviços de cozinha do refeitório, planejar cardápios e elaborar o pré-preparo, e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade. .

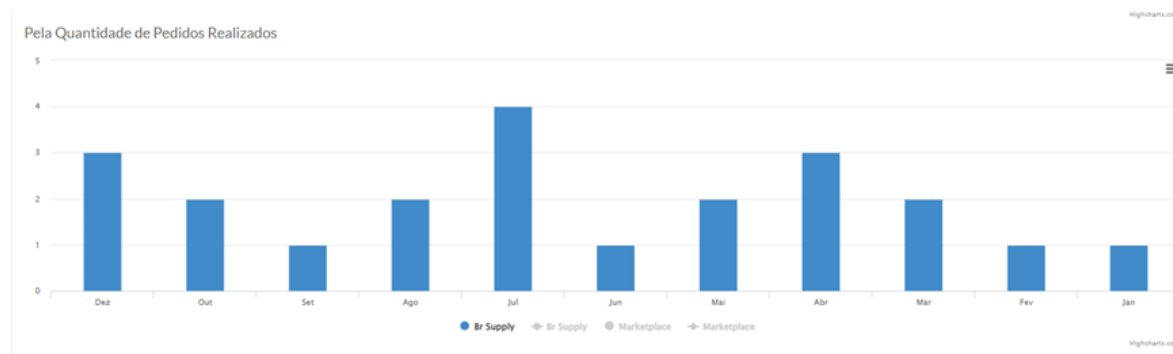
A estimativa das quantidades para o cargo de Armazenista foi obtida pelas informações prestadas pelos setores de Almoxarifado e Coordenação de Assistência Estudantil – COAES.

O Almoxarifado do IFRN Campus Currais Novos funciona de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 17h00, com recebimento e envio de materiais, separando, organizando mercadorias, codificando e classificando, conferindo os produtos recebidos, controlando os dados em planilhas, verificando estoques e anotando os produtos que estão saindo. Além da alimentação dos sistemas de gestão, realizamos ainda contato com os diversos fornecedores semanalmente, fornecedores estes responsáveis pela entrega dos materiais de consumo e permanente adquiridos pelo IFRN Campus Currais Novos. Assim sendo, contamos com um estoque que ultrapassa o número de 22.000 unidades distribuídos em 397 itens diversos (Consulta SUAP -Sistema Único de Administração Pública) Materiais de Consumo estoque Atual- [https://suap.ifrn.edu.br/admin/almoxarifado/materialconsumo/?tab=tab\\_estoque\\_atual](https://suap.ifrn.edu.br/admin/almoxarifado/materialconsumo/?tab=tab_estoque_atual) ).

Quanto às demandas de saída de materiais, são realizados atendimentos diários ao público interno da instituição (professores, técnicos administrativos, alunos, servidores terceirizados), as quais, considerando a limitação de pessoal (apenas 1 assistente em administração), são registradas de forma manual em requisições provisórias e, posteriormente, são lançadas de forma eletrônica,

uma vez por semana às sextas feiras no SUAP. Conforme podemos constatar no relatório anual de saídas do Almoarifado em anexo obtido via SUAP ([https://suap.ifrn.edu.br/almoarifado/relatorio/consumo\\_setor\\_pdf/zMBqumrNj/](https://suap.ifrn.edu.br/almoarifado/relatorio/consumo_setor_pdf/zMBqumrNj/)), superamos o número de 1780 saídas nesse período.

O almoarifado também realiza periodicamente pedidos de material de consumo através do sistema de logística BRSupply Suprimentos Corporativos, demandados pelos diversos setores do campus (Refeitório, Usina Escola, Diretoria de Administração, Direção Geral, Coordenação de apoio acadêmico, laboratórios de informática, Coordenação de Pesquisa e Extensão etc.). Cada pedido consta de inúmeros itens a serem conferidos, provisoriamente armazenados e em seguida distribuídos aos setores solicitantes, conforme podemos observar no gráfico que segue:



Fonte: <https://www.supplymanager.com.br/manager/Dashboard/Consumo>

Assim, o Almoarifado demanda os seguintes postos residentes:

Armazenista, CBO 4141-10, 44h semanais, posto residente (quantidade: 1 posto): A justificativa para a contratação de um posto de armazenista está na quantidade de itens armazenados no Almoarifado bem como no controle, distribuição e organização dos mesmos, que envolve o auxílio nos procedimentos supracitados. Vale destacar que são recebidos de diferentes fornecedores e distribuídos diversos itens ao longo da semana, conforme demonstrado nos arquivos anexos, que podem ser verificados conforme links indicados.

No que concerne à Coordenação de Atividades Estudantis do Campus Currais Novos, compete à COAES realizar a avaliação e o acompanhamento da política de assistência estudantil no âmbito do Campus, e nesse sentido, a referida coordenação atua junto aos diversos serviços ofertados para o atendimento das ações institucionais da referida política, entre elas a oferta de merenda escolar.

É comum que o(a) Coordenador(a) de Atividades Estudantis também atue como membro titular da Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar (CECAF), tendo em vista a importância e a obrigatoriedade da aquisição de gêneros alimentícios diretos da Agricultura Familiar, por meio de Chamada Pública, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Compra Institucional (PAA).

Sobre a comissão mencionada acima, é oportuno destacar que suas atribuições são diversas, a saber: participar da definição do orçamento; articulação com os atores envolvidos nos processos de compras; elaboração do projeto básico com as especificidades e condições do processo de compras; elaboração da lista de produtos e calendário de entregas; mapeamento e levantamento de preços; divulgação dos Editais; recebimento, julgamento e seleção das propostas de vendas; recebimento e análise da amostra para o controle da qualidade; fiscalização dos contratos.

O(a) Coordenador(a) de Atividades Estudantis, na ausência de servidor(a) ocupante do cargo de nutricionista, absorve as atribuições próprias da CECAF, além da responsabilidade pelo planejamento da aquisição, pelo controle da utilização dos recursos dos empenhos, pelo contato com fornecedores e pela administração de estoque de gêneros alimentícios, o que tem ocasionado um considerado aumento da demanda na COAES/CN, considerando os demais serviços coordenados pela COAES /CN (programas e auxílios do Serviço Social, demandas do Setor de Saúde, SIASS).

Registra-se que em 2023, considerando a soma de todos os contatos feitos aos fornecedores, realizamos o total de 136 (cento e trinta e seis) pedidos de gêneros alimentícios para a merenda escolar, conforme descrição a seguir: 46 pedidos feitos à empresa H & g Indústria de Alimentos Ltda ([https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacaoou=3&interessados=361576](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacaoou=3&interessados=361576)), 42 pedidos feitos à empresa J de Moura Vale (<https://suap.ifrn.edu.br/admin>

[/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&setor\\_criacao=853&interessados=268344](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&setor_criacao=853&interessados=268344) e [https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&setor\\_criacao=843&interessados=268344](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&setor_criacao=843&interessados=268344)), 24 pedidos feitos ao fornecedor M C da Silva ([https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&interessados=398147](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&interessados=398147)), 7 pedidos feitos ao fornecedor A Y Dias Medeiros Padaria Eireli ([https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&interessados=396025](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&interessados=396025)), 7 pedidos feitos à Associação das Mulheres Produtoras Rurais da Comunidade do Quandu ([https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&interessados=265947](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&interessados=265947)) e 10 feitos a Associação da Comunidade Marcação e Adjacências ([https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo\\_eletronico/processo/?setor\\_criacao=3&interessados=321104](https://suap.ifrn.edu.br/admin/processo_eletronico/processo/?setor_criacao=3&interessados=321104)).

Considerando o exposto acima, e diante do quadro de servidores reduzido, observa-se a necessidade de contratação de um(a) colaborador(a) contratado(a) para assumir junto à COAES/CN as tarefas de controlar o saldo dos itens empenhados, verificar o devido armazenamento dos produtos, o cuidado na verificação no prazo de validade dos gêneros alimentícios, como também ser responsável pelo contato telefônico com os fornecedores.

A estimativa das quantidades para o cargo de Auxiliar de Manutenção Geral foi obtida da seguinte forma:

- O contrato de manutenção predial vigente conta com o cargo de 01 Piscineiro. Entretanto, após análise da rotina de atividades do profissional acima citado, foi constatado que o serviço de cuidados com a piscina em si não demanda a carga horária total do um colaborador, gerando, em certos momentos, a ociosidade do profissional. Diante do exposto acima e para não incorrer no erro de desvio de função, chegou-se à conclusão de que a melhor alternativa é substituir o cargo de Piscineiro pelo cargo de Auxiliar de Manutenção Geral.
- O contrato de manutenção predial vigente conta com o cargo de 01 Jardineiro. Entretanto, após análise da rotina de atividades do profissional acima citado, foi constatado que há um aumento da demanda de serviço em função da extensa área verde do Campus e a crescente demanda de atuação na Estufa e confecção de mudas e atividades correlatas. Diante do exposto acima, chegou-se à conclusão de que a melhor alternativa é substituir o cargo de Jardineiro pelo cargo de Auxiliar de Manutenção Geral e acrescentar mais um posto de trabalho, totalizando 02 Auxiliares de Manutenção Geral que atuarão nas áreas verdes do Campus e Estufa.
- O contrato de manutenção predial vigente conta com o cargo de 01 Tratorista. Entretanto, após análise da rotina de atividades seguida pelo profissional acima citado, foi constatado que o serviço não demanda a carga horária total do colaborador gerando a ociosidade do profissional. Diante do exposto acima e para não incorrer no erro de desvio de função, chegou-se à conclusão de que a melhor alternativa é substituir o cargo de Tratorista pelo cargo de Auxiliar de Manutenção Geral.

Posto	CBO	Quantidade	Carga Horária Semanal
Eletricista	9511-05	1	44 h
Pedreiro	7152-10	2	44 h
Auxiliar de pedreiro	7170-20	2	44 h
Porteiro	5174-10	3	44 h
Auxiliar de manutenção geral	5143-10	4	44 h
Operador de máquinas	8621-50	1	44 h
Auxiliar de Cozinha	5135-05	3	44 h



Cozinheiro	5132-05	1	44 h
Armazenista	4141-10	2	44 h

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.076.307,68

Para a composição da planilha de custos foram considerados as obrigações e benefícios previstos na Convenção Coletiva RN000083/2024 e RN000045/2024, bem como pesquisa realizada no módulo pesquisa de preços do SIASG.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	NÚMERO DE POSTOS MENSAL	QUANT. TOTAL DE POSTOS	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL
1	1	Prestação do serviço de eletricista para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 9511-05	14354	posto	01	24	R\$ 6.528,47	R\$ 156.683,28
	2	Prestação do serviço de pedreiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 7152-10	22160	posto	02	48	R\$ 5.113,84	R\$ 245.464,32
	3	Prestação do serviço de auxiliar de pedreiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 7170-20	25631	posto	02	48	R\$ 3.693,71	R\$ 177.298,08
	4	Prestação do serviço de porteiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5174-10	8729	posto	03	72	R\$ 3.920,70	R\$ 282.290,40
	5	Prestação do serviço de auxiliar de manutenção geral para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5143-10	25631	posto	04	96	R\$ 5.044,56	R\$ 484.277,76
	6	Prestação do serviço de operador de máquinas para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 8621-50	18783	posto	01	24	R\$ 4.214,87	R\$ 101.156,88

7	Prestação do serviço de auxiliar de cozinha para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5135-05	25631	posto	03	72	R\$ 4.461,58	R\$ 321.233,76
8	Prestação do serviço de cozinheiro para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5132-05	19399	posto	01	24	R\$ 4.987,90	R\$ 119.709,60
9	Prestação do serviço de armazenista para o IFRN Campus Currais Novos, em regime de 44 horas semanais. CBO: 4141-10	25631	posto	02	24	R\$ 3.920,70	R\$ 188.193,60
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 2.076.307,68

Após a conclusão da planilha, verificou-se no portal de Compras Governamentais que o valor estimado estava compatível com outras contratações realizadas pela Administração Pública, conforme pode ser observado no quadro do painel de preços anexado ao ETP.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a Súmula nº 247 do TCU

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

No caso concreto da contratação objeto deste estudo, optou-se pela contratação por grupo em razão de que se trata de serviço continuado de baixa complexidade técnica, cujo parcelamento ocasionaria custos adicionais com despesas administrativas e por perda de escala na contratação. Ressalta-se que esta é uma prática regular no mercado e que a competitividade não será prejudicada, uma vez que existe uma grande quantidade de empresas que já operam neste modelo de prestação de serviço.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens definidos no termo de referência fazem parte do Plano Anual de Contratações 2024 conforme documentação anexa.

Cabe destacar que a contratação dos serviços de manutenção predial e copa e cozinha elencados neste documento está vinculada ao projeto estratégico “Otimização dos gastos com contratos continuados” do IFRN.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como benefício direto, espera-se com a contratação promover a continuidade na prestação do serviço já executados no Campus com base nos princípios da eficiência e sustentabilidade, de forma a atender aos preceitos legais vigentes e garantir as condições necessárias para o bom andamento das atividades acadêmicas e administrativas, bem como a segurança das edificações.

Com relação aos benefícios indiretos, existe a expectativa de que a contratação proporcione uma maior satisfação dos usuários.

## 13. Providências a serem Adotadas

A contratante deverá assegurar-se de que os servidores que atuação como fiscais e gestores do contrato a ser celebrado possuam a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

Deverá ser realizada reunião, envolvendo os representantes da CONTRATADA e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

A contratada deverá disponibilizar um local adequado para que os prestadores de serviço possam ter como ponto de apoio e lugar para armazenamento dos insumos fornecidos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais verificados são aqueles referentes a contaminação do solo, de lençóis freáticos, poluição atmosférica e sonora.

Para mitigá-los devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade ambiental descritos no tópico “Requisitos da Contratação”, que orienta sobre o descarte de insumos, utilização adequada de equipamentos, uso consciente dos recursos, entre outros.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando-se as demandas e as discussões realizadas para esta nova contratação, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

1.

Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação decorre do fato de que se trata de um objeto de natureza comum, passível de ser ofertada por um grande número fornecedores. Além disso, ressalta-se que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da instituição e tem previsão orçamentária alicerçada no Plano Anual de Contratações.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SHEILA ONAILINA GONCALVES DE LIMA PESSOA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 19/03/2024 às 08:44:43.*

**LIDIANE APARECIDA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**JOSE JECKSON FELIX XAVIER**

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 3/2024 - RETIFICADO

**Assunto:** ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 3/2024 - RETIFICADO  
**Assinado por:** Sheila Pessoa  
**Tipo do Documento:** Estudo preliminar - contratos  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original e Cópia

Documento assinado eletronicamente por:  
■ **Sheila Onailina Goncalves de Lima Pessoa, TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO**, em 19/03/2024 08:58:06.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/03/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1743727  
**Código de Autenticação:** bd16e8f822





**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**  
**CAMPUS CURRAIS NOVOS**  
Rua Manoel Lopes Filho, 773, Valfredo Galvão, 773, 40310305, CURRAIS NOVOS / RN, CEP 59380-000  
Fone: (84) 4005-4103

## **ESTUDO PRELIMINAR**

### **APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 3/2024 - PROCESSO Nº 23035.000074.2024-20**

**OBJETO:** Contratação de serviços dos serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para o Campus Currais Novos.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**JOSÉ JECKSON FÉLIX XAVIER**  
Matrícula SIAPE nº 1897586  
Coordenador de Serviços Gerais e Manutenção

**Sheila Onailina Gonçalves de Lima Pessoa**  
Matrícula SIAPE nº 1254533  
Técnica de Segurança do Trabalho

**Lidiane Aparecida da Silva**  
ADMINISTRADOR - COFINC/CN  
Matrícula SIAPE: 1773791

### **APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

A autoridade competente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Currais Novos **APROVA** o **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 3/2024** - Contratação de serviços de manutenção predial (preventiva e corretiva) a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para o Campus Currais Novos.

Andreilson Oliveira da Silva  
Matrícula SIAPE nº 1816404  
Direção Geral - IFRN Campus Currais Novos

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sheila Onailina Goncalves de Lima Pessoa, TEC EM SEGURANCA DO TRABALHO**, em 19/03/2024 10:42:43.
- **Jose Jackson Felix Xavier, COORDENADOR(A) - FG0001 - COSGEM/CN**, em 19/03/2024 10:48:39.
- **Lidiane Aparecida da Silva, ADMINISTRADOR**, em 19/03/2024 10:59:29.
- **Andreilson Oliveira da Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/CN**, em 19/03/2024 11:04:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/03/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 688038

Código de Autenticação: 34b954eefe

